

# Crime, repressão e democracia no Equador\*

*Galo Mayorga e Kai M. Thaler*

*Galo Mayorga é doutorando em ciências políticas na Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara. Kai M. Thaler é professor assistente de estudos globais na University of California, Santa Barbara.*

Após anos como um oásis de relativa paz em uma região devastada pela violência relacionada às drogas, insurgências e repressão estatal, o Equador viu sua taxa de homicídios multiplicar-se por mais de sete vezes desde 2018. O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime estima que a taxa de homicídios intencionais do país foi de 45,7 por 100 mil habitantes em 2023, a quarta mais alta do mundo. Em 2018, a taxa era de apenas 6. Ao mesmo tempo, a democracia do Equador permaneceu cronicamente instável. Em vez de se reconsolidar após um período de erosão democrática sob o presidente populista de esquerda Rafael Correa (2007–2017), a democracia do Equador permaneceu dividida pelo populismo e pela corrupção e corre o risco de sofrer uma erosão ainda maior.<sup>1</sup>

O atual presidente é Daniel Noboa, de 38 anos, que chegou ao cargo por meio de uma eleição antecipada em 2023 e garantiu um mandato completo de quatro anos em abril de 2025 (ele venceu o segundo turno nas duas ocasiões). Noboa militarizou a luta contra o crime, mas as

---

\* Publicado originalmente como “Crime, Crackdowns, and Democracy in Ecuador”, *Journal of Democracy*, Volume 37, Number 1, January 2026 © 2026 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.

gângues continuam poderosas neste país de cerca de dezoito milhões de habitantes. Nessa situação vulnerável de fraqueza do Estado e fragilidade democrática, o Equador corre o risco de agravar o crime e os abusos do poder político. Noboa é elegível para um segundo mandato de quatro anos e, portanto, poderia permanecer no cargo até 2033. Ele tem se mostrado cada vez mais assertivo, empregando forças militares internamente para garantir a segurança (uma meta ainda não alcançada) e desafiando as instituições liberais-democráticas quando elas se interpõem em seu caminho. Para reforçar sua agenda de segurança e reformular o sistema político, ele recorreu a plebiscitos. A democracia do Equador agora se encontra pressionada entre a violência e o medo semeados por organizações criminosas e a pressão populista por mais poder de um presidente que tem sido agressivo militarmente, mas ainda não eficaz no combate ao crime.

Por que a violência tomou conta do Equador, e Noboa representa uma séria ameaça à democracia? Em seu zelo por erradicar a influência de Correa e fazer o país guinar para a direita, os dois presidentes que antecederam Noboa (Lenín Moreno e Guillermo Lasso) desmantelaram importantes agências de segurança e a capacidade estatal para combater a violência. Esse recuo do Estado deu espaço para que as organizações criminosas se expandissem, o que elas fizeram mesmo com a postura cada vez mais belicosa do governo.

Em seu zelo por reprimir a crescente criminalidade, Noboa demonstrou um desrespeito pelas liberdades civis e políticas, que agora combina com medidas para desafiar a independência judicial e limitar a oposição. Em toda a América Latina, os chefes do Executivo têm citado o combate ao crime como motivo para concentrar o poder e exercê-lo de maneiras controversas.<sup>2</sup> O presidente equatoriano tem procurado imitar o populista Nayib Bukele, de El Salvador, mas, até agora, com menos sucesso na redução da violência e também com menos popularidade: Bukele reduziu pela metade a altíssima taxa de homicídios de El Salvador durante seu primeiro ano como presidente (2019–2020) e foi reeleito em 2024 com quase 85% dos votos. Noboa ainda não conseguiu reduzir

significativamente a chocante taxa de homicídios do Equador e obteve pouco menos de 56% dos votos no segundo turno de 2025.

Noboa conseguiu que os eleitores aprovassem, em um referendo realizado em abril de 2024, reformas legais e constitucionais relacionadas à segurança, permitindo que as forças militares permanecessem permanentemente destacadas nas ruas e nas prisões, que os cidadãos fossem extraditados e que as penas criminais fossem prolongadas. No entanto, essas medidas não conseguiram reduzir a violência, e sua segunda tentativa de usar um referendo para aprovar sua agenda foi derrotada em 16 de novembro de 2025.<sup>3</sup> Os eleitores rejeitaram uma assembleia constituinte que poderia reescrever a Constituição da República do Equador, reformas que provavelmente teriam reduzido a competição política e permitido o retorno de bases militares estrangeiras no Equador. Os equatorianos agora aguardam para ver se Noboa moderará o tom ou se recusará a fazer concessões sobre sua abordagem linha-dura.

Apesar de toda a sua obstinação, Noboa provou ser astuto o suficiente para negociar e fazer concessões quando sente que os ventos políticos estão se voltando contra ele. Portanto, pode ser que tanto os atores equatorianos quanto os internacionais encontrem maneiras de trabalhar com ele para combater a criminalidade violenta — o que é claramente uma necessidade urgente —, mantendo o país dentro dos limites democráticos.

## **Aumento da criminalidade violenta e ascensão de Noboa**

A ascensão de Noboa deve-se em grande parte aos fracassos de seus antecessores. O governo de esquerda de Correa, embora mais conhecido por seu foco em mudanças econômicas e sociais progressistas, abordou a questão da segurança reformando os tribunais e a polícia com o objetivo de deter e reduzir a criminalidade. Entre 2009 e 2017, mais de US\$ 34 bilhões foram destinados a gastos com o setor de segurança — um

valor equivalente a cerca de 13% de todos os gastos do governo durante o mandato de Correa.

Correa trabalhou para aumentar a presença policial e promover uma abordagem de policiamento comunitário que, esperava-se, fortaleceria as relações com cidadãos em todo o país. As condições dos prisioneiros e suas famílias foram melhoradas, e houve uma mudança para um modelo de justiça reabilitador. No início de 2014, a adoção de um novo código penal ampliou a responsabilidade criminal e as punições para uma série de crimes. Novas instituições e procedimentos foram criados para coordenar a implementação dessas medidas. O mais controverso foi que Correa negociou com gangues na esperança de prevenir a violência e oferecer empregos legítimos a seus membros.<sup>4</sup>

Trabalhando com mediadores terceirizados para desenvolver confiança e credibilidade, os Ministérios da Justiça e do Interior firmaram um acordo informal especialmente bem-sucedido com os Latin Kings e outras gangues. Os membros das gangues que se desmobilizaram passaram a integrar grupos da sociedade civil que receberam acesso prioritário a financiamento e programas sociais, com o governo expandindo a autoridade do Estado onde as gangues haviam se retirado.

Os críticos argumentam que Correa foi muito brando com o crime. Eles destacam sua decisão de 2009 de não prorrogar um acordo que permitia que aeronaves de patrulha dos EUA usassem a base aérea de Manta e sua falta de investimento em vigilância aérea e marítima, o que teria dado mais liberdade aos traficantes de drogas, especialmente ao longo da costa. Os detratores também apontam a colaboração de funcionários corruptos com gangues e traficantes, bem como políticas migratórias frouxas que poderiam ter permitido que criminosos estrangeiros se instalassem no Equador.<sup>5</sup>

No entanto, o conjunto geral de mudanças na política de segurança de Correa foi associado a um sucesso inegável. Durante sua década no cargo, a taxa de homicídios caiu quase dois terços, passando de 15,8 por 100 mil habitantes em 2007 para pouco menos de 6 em 2017. Esse declínio não foi resultado de uma única política, mas de um amplo

esforço liderado pelo Estado para reconfigurar as instituições de segurança cidadã, fortalecer a capacidade do Estado e recuperar o controle territorial dos grupos criminosos organizados.

Correa planejava continuar exercendo o poder por meio de Moreno, seu vice-presidente e sucessor escolhido a dedo. No entanto, ao assumir o cargo em 2017, Moreno deixou Correa e sua política de esquerda de lado, com o objetivo de marginalizar e desmantelar as instituições estatais que Correa havia fundado.<sup>6</sup> Moreno fez isso descartando os programas de policiamento comunitário que haviam espalhado a influência do Estado por todo o país e a abordagem de reabilitação para lidar com prisioneiros, ao mesmo tempo em que desorganizou e desmantelou os principais órgãos de coordenação de segurança que Correa havia criado e usado de forma proativa.

A reestruturação e os cortes corroeram a capacidade do Estado, eliminando ou enfraquecendo o Ministério Coordenador de Segurança, o Ministério do Interior, a administração do sistema prisional pelo Ministério da Justiça, a Secretaria Técnica de Prevenção de Drogas, o sistema de vigilância ECU-911 e a Unidade de Análise Financeira e Econômica de combate à lavagem de dinheiro. O Estado recuou na prestação e no controle da segurança em grande parte do país e nas prisões e, quando o governo de Moreno tentou abordar as questões de segurança, descobriu que as capacidades estatais haviam diminuído.

Enquanto isso, Correa foi processado por acusações de corrupção e condenado *in absentia* em 2020 — embora Correa argumente que as acusações são politicamente motivadas. Ele recebeu asilo na Bélgica. Moreno procurou apresentar-se como uma força estabilizadora após a polarização e as acusações de minar a democracia que marcaram os anos de Correa, mas, em vez disso, o Equador passou pela pior onda de violência que já viu.

A escalada do derramamento de sangue continuou sob a presidência de Lasso. Moreno derrotou o empresário de direita por menos de 3 pontos percentuais em 2017, mas Lasso se recuperou e venceu em 2021.<sup>7</sup> Ele continuou a guinada do Equador à direita e a redução do poder central

do Estado, principalmente no setor de segurança, cada vez mais isolado, e aumentou a instabilidade política.

Lasso lutou para conquistar o apoio da população e gastou muita energia reprimindo protestos, sem conseguir lidar de forma eficaz com a economia ou a criminalidade. Ele anunciou uma abordagem linha-dura de segurança, mas o país sofreu mais derramamento de sangue. Gangues locais praticaram violência organizada e promoveram protestos nas prisões, exercendo maior controle atrás das grades. Elas também expandiram e aumentaram seus laços com organizações criminosas colombianas, mexicanas e europeias.<sup>8</sup> A decisão de Lasso, em 2023, de revogar a proibição de Correa, em 2011, do porte de armas de fogo por civis minou ainda mais a segurança. A fraqueza do Estado deu aos criminosos oportunidades nos portos, nos bancos (úteis para a lavagem de dinheiro) e nos escalões do governo e da polícia. O principal negócio era o envio de cocaína para a Europa e os Estados Unidos.

Entre 2019 e 2023, a taxa de homicídios no Equador disparou, conforme descrito acima. Grandes gangues, como Los Choneros, Los Tiguerones e Los Lobos, assumiram o controle do espaço operacional cedido pelo enfraquecimento do Estado, enquanto gangues menores buscavam conquistar seus próprios territórios. Moreno e Lasso empregaram poderes de emergência e reduziram as restrições ao policiamento, mas o fim da coordenação do setor de segurança que Correa havia estabelecido os prejudicou, e a violência aumentou vertiginosamente. A violência se concentrou principalmente na província de Guayas e na região portuária ao redor de Guayaquil, a maior cidade do Equador. No entanto, apesar das tentativas de repressão por parte dos sucessivos presidentes, a violência se espalhou por todo o país, incluindo a capital, Quito, que fica bem no interior.

Quando a Assembleia Nacional decidiu iniciar um processo de impeachment contra Lasso em 2023, em meio a alegações de corrupção e uma crise de segurança cada vez mais grave, ele dissolveu unilateralmente o Legislativo e convocou novas eleições legislativas e presidenciais, minando ainda mais sua capacidade de governar durante

o restante de seu mandato.<sup>9</sup> A insatisfação com as elites políticas e os temores de um aumento dos homicídios — incluindo o assassinato do candidato presidencial Fernando Villavicencio em Quito, em agosto de 2023 — levaram um público cansado a depositar suas esperanças em Daniel Noboa, filho de um bilionário (Álvaro Noboa) que havia se candidatado sem sucesso à Presidência do Equador cinco vezes entre 1998 e 2013.

Com uma campanha baseada em promessas de combater a corrupção, impulsionar o crescimento econômico e reformar o sistema judiciário, Daniel Noboa declarou logo após assumir o cargo, em novembro de 2023, que o país estava em estado de “conflito armado interno”. Inspirado pelo ataque de Bukele às gangues em El Salvador, Noboa reforçou a política linha-dura, com militarização da campanha antigangues e estratégias que desafiam liberdades democráticas, incluindo declarações de estado de emergência tanto a nível nacional como em várias regiões do país.

---

***Com uma campanha baseada em promessas de combater a corrupção, impulsionar o crescimento econômico e reformar o sistema judiciário, Daniel Noboa declarou logo após assumir o cargo, em novembro de 2023, que o país estava em estado de “conflito armado interno”.***

---

O enfraquecimento do Estado e os esforços de Moreno e Lasso para fragmentar os setores de segurança e o Judiciário, no entanto, dificultaram o combate ao crime organizado.<sup>10</sup> De acordo com dados do Ministério do Interior, ocorreram 21.301 homicídios entre 2023 e o terceiro trimestre de 2025. Sessenta e um por cento deles (13.053 mortes) ocorreram entre janeiro de 2024

(mês em que Noboa declarou guerra interna) e agosto de 2025. Esse intervalo de vinte meses agora tem a terrível distinção de ser o período mais mortal da história moderna do Equador. No terceiro trimestre de 2025, as mortes violentas totalizaram 6.020 — um aumento de 19% em relação às 4.970 registradas no mesmo período de 2024.

Noboa enviou forças militares às prisões em 2024 e começou a retirar parcialmente as tropas em agosto de 2025. Repletas de corrupção e tráfico de drogas, as prisões continuaram sendo centros de violência durante todo esse tempo. Confrontos entre gangues nas prisões de Esmeraldas e Machala deixaram mais de trinta mortos durante uma única semana em setembro de 2025. No início de novembro, 31 detentos foram mortos em novos confrontos entre gangues em Machala. Em teoria, o Estado deveria ser capaz de controlar as prisões mais facilmente do que as ruas, mas no Equador as prisões parecem estar além da capacidade de controle até mesmo das forças armadas. Mesmo que as forças de segurança não tenham conseguido reduzir a taxa de homicídios, elas cometeram abusos durante a repressão às gangues, provocando condenações e investigações de execuções extrajudiciais e desaparecimentos.

Noboa, por sua vez, é conhecido por mostrar pouca consideração pelos procedimentos institucionais normais. Durante a campanha de 2025, por exemplo, ele foi obrigado por lei a ceder o poder ao seu vice-presidente, mas se recusou a fazê-lo. Ele tinha um adversário de direita na corrida à Presidência que defendia uma repressão ainda mais dura ao crime, mas o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) considerou essa pessoa inelegível. No segundo turno, as pesquisas mostravam uma disputa acirrada entre Noboa e Luisa González, do partido de Correa, contra quem Noboa também havia enfrentado no segundo turno de 2023. Noboa aumentou os gastos sociais para ganhar votos, e no dia do segundo turno surgiram acusações de que decretos de emergência estavam limitando a liberdade de movimento dos cidadãos em algumas áreas onde a opinião pública ainda era fortemente favorável a Correa. Em 13 de abril de 2025, Noboa surpreendeu os observadores ao obter mais de 55% dos votos, melhorando seu desempenho no segundo turno de 2023. Ele também saiu da votação de 2025 com uma coalizão majoritária na Assembleia.

## **Conflito com os tribunais e repressão aos protestos**

Há dúvidas sobre se Noboa ou qualquer outro político latino-americano poderá repetir o sucesso de Nayib Bukele em reprimir as gangues, ganhar popularidade e consolidar um regime fortemente autoritário, especialmente quando pactos pré-existentes com as gangues permitiram que a repressão de Bukele fosse tão bem-sucedida.<sup>11</sup> Os sucessores de Correa descartaram sua disposição de oferecer incentivos às gangues para que depusessem as armas, e Noboa ainda não venceu a batalha contra o crime organizado nem conquistou o apoio esmagador da população ou a maioria legislativa que permitiu a Bukele desenvolver uma ditadura. Independentemente disso, Noboa agora está atacando as instituições democráticas da mesma maneira que Bukele o fez.

As ameaças mais evidentes de Noboa vêm de seu ataque à independência judicial. Ele entrou em conflito com os tribunais, que consideraram inválida sua declaração de conflito armado interno e contestaram seus decretos de emergência, e ignorou as decisões de que precisava deixar o poder durante a campanha. Quando, em agosto de 2025, a Corte Constitucional citou questões de direitos e decidiu suspender partes das novas leis de segurança que Noboa havia defendido, o presidente optou pela escalada. Com soldados e um tanque estacionados ao redor do prédio do Tribunal, Noboa liderou uma manifestação em massa em 12 de agosto em frente ao local, condenando a decisão e culpando os juízes por exacerbar a crise de segurança.<sup>12</sup> Ele pediu uma emenda constitucional para alterar o artigo 431 da Constituição de 2008, que protege os juízes da Corte Constitucional de impeachment ou demissão, e cria um processo para removê-los que é supervisionado pelo Judiciário. Outdoors atacando o tribunal apareceram em Quito; Noboa afirmou não ter ideia de quem estava pagando por eles.

A Corte Constitucional tentou resistir à pressão de Noboa. No início de setembro de 2025, ela rejeitou várias questões propostas para um plebiscito que Noboa havia convocado para 16 de novembro, incluindo a revogação de uma questão sobre o impeachment de juízes. Em resposta,

Noboa decretou, em meados de setembro, um referendo para aprovar a convocação de uma assembleia constituinte. O tribunal suspendeu essa tentativa de burlar a lei, mesmo com a polícia invadindo seu prédio em resposta a uma suposta ameaça de bomba. O CNE e o gabinete jurídico da Presidência então apresentaram um decreto revisado que abordava algumas, mas não todas, as deficiências constitucionais apontadas pelo tribunal. Em um processo conduzido às pressas, a Corte Constitucional decidiu que o referendo poderia prosseguir, uma vez que a iniciativa de Noboa atendia aos requisitos formais.

Embora menos conflituoso, esse episódio tem paralelos com os eventos de fevereiro de 2020 em El Salvador, quando Bukele invadiu a Câmara Legislativa com quarenta soldados armados e sentou-se na cadeira do presidente para intimidar os legisladores a aprovarem sua proposta de nova lei de segurança. Noboa agora conta com a maioria na Assembleia Nacional. Portanto, se os tribunais continuarem criando obstáculos, ele poderá tentar imitar a manobra de Bukele em maio de 2021 de fazer com que o Legislativo destituísse os juízes.

Os esforços de Noboa para controlar o Poder Judiciário ocorrem em meio a críticas relacionadas a abusos de direitos humanos, esforços para limitar a campanha da oposição e alegações de corrupção a serviço dos negócios da família Noboa. Líderes e ativistas indígenas reclamaram da atuação excessiva das forças de segurança e se opõem aos novos projetos de mineração que o presidente vem promovendo. Em agosto de 2025, Leonidas Iza, ex-líder da CONAIE, a poderosa coalizão indígena do Equador, alegou que o governo estava espionando-o e possivelmente tentando assassiná-lo. Outro líder indígena, o ex-candidato à presidência Yaku Pérez, acusou formalmente Noboa e sua esposa de negociações ilícitas com uma empresa de mineração canadense que buscava a aprovação de um novo projeto.

Em setembro de 2025, Noboa anunciou medidas de austeridade e cortou os subsídios aos combustíveis, elevando os preços do diesel. Quando a CONAIE convocou uma greve nacional, Noboa declarou estado de emergência e tocou de recolher nas principais províncias. Ele enviou

tropas às cidades mais agitadas e, em seguida, colocou todo o país em estado de emergência. Ignorando as advertências da Corte Constitucional sobre violações de direitos, as forças de segurança impuseram toques de recolher e realizaram detenções arbitrárias, chegando a sair às ruas em comboios armados que confundiam a linha entre o policiamento de protestos e a realização de uma campanha de contrainsurgência.

No final de setembro, Noboa demitiu sete oficiais militares de alto escalão, talvez para garantir lealdade antes de planejar mais ações contra os protestos em massa. Relatos de uso de munição real, batidas noturnas, prisões seletivas de líderes de movimentos sociais e bloqueios localizados da internet ressaltaram a abordagem repressiva do governo. Três ativistas indígenas foram mortos e dezenas de civis ficaram feridos, enquanto grupos de direitos humanos estrangeiros e nacionais denunciavam a repressão e pediam um cessar-fogo.

Possivelmente preocupado em perder força política às vésperas do referendo, Noboa começou a fazer concessões, ao mesmo tempo em que continuava a reprimir. Procurou amenizar a pressão com gestos econômicos de apaziguamento. Distribuiu transferências de renda no valor de mais de 300 milhões de dólares, reduziu temporariamente o imposto sobre o valor agregado e concedeu aos funcionários públicos um adiantamento de seus salários. Indiferente, a CONAIE anunciou uma marcha em Quito e o presidente destacou mais de seis mil soldados para bloqueá-la. Congelou as contas bancárias de ativistas e organizações indígenas e ambientais em meio a investigações sobre suas finanças. Além disso, a autoridade eleitoral proibiu o movimento do ex-presidente Rafael Correa de fazer campanha<sup>†</sup>, enquanto o procurador-geral intensificou uma investigação de lavagem de dinheiro contra Aquiles Álvarez, prefeito de Guayaquil e um dos principais críticos de Noboa.

---

<sup>†</sup> Em 2021, Rafael Correa tentou voltar oficialmente à política e se lançou como candidato a vice-presidente na chapa de um aliado seu, mas o Conselho Nacional Eleitoral recusou a candidatura porque a lei equatoriana exige que o candidato se apresente presencialmente para oficializar a inscrição. Como Correa vive na Bélgica e tem ordens de prisão contra ele no Equador, ele não poderia voltar sem ser preso. (N. do. E)

Álvarez, por sua vez, condenou o que chamou de uma tentativa de distrair o público das dificuldades de Noboa.<sup>13</sup>

Com o aumento dos custos da repressão e o crescimento da pressão, Noboa, em meados de outubro, tentou contornar a CONAIE articulando diretamente com pequenas organizações indígenas locais. No entanto, elas têm influência limitada e não conseguiram conter a mobilização da CONAIE. Em 22 de outubro, a ameaça de uso da força militar contra os bloqueios de estradas causados pelos protestos fez com que a CONAIE cedesse e cancelasse a greve. Noboa então anunciou medidas para reduzir parcialmente os preços do diesel até fevereiro de 2026, uma pequena concessão que permitiu que cada lado reivindicasse uma vitória parcial. As questões subjacentes permanecem sem solução, então Noboa terá que escolher novamente, em algum momento, entre mais repressão ou outro acordo com os movimentos indígenas.

Presidentes que buscam suprimir a dissidência, minar os oponentes ou combater acusações de corrupção não são novidade no Equador, e os tribunais, a sociedade civil e os manifestantes frequentemente encontram maneiras de responsabilizar os líderes. A urgência da luta contra o crime, no entanto, oferece um meio fácil de distrair a opinião pública e as demandas por responsabilização. O perigo potencial para a democracia é óbvio.

## **Opinião pública e apoio**

É claro que existem razões urgentes para que o público se concentre no combate às gangues e aos crimes violentos em um país onde os homicídios e as extorsões dispararam. Entre 2022 e 2024, a violência deslocou mais de 300.000 pessoas (mais de 5% dos lares) de suas casas, enquanto centenas de milhares deixaram o país em busca de segurança e estabilidade.<sup>14</sup> Independentemente de Noboa representar ou não uma ameaça à democracia do Equador, as gangues certamente representam. Como em outras partes da América Latina,<sup>15</sup>

as organizações criminosas no Equador corromperam e intimidaram autoridades estatais e candidatos políticos e assassinaram aqueles que prometeram combater a corrupção e a violência. As gangues espalham o medo entre os cidadãos e fazem com que eles não possam se locomover ou falar livremente, suprimindo sua capacidade de participar de uma sociedade democrática e, por sua vez, fazendo com que muitos estejam dispostos a apoiar políticos que dizem que vão reprimir o crime por todos os meios necessários.

O público apoiaria Noboa se ele tentasse consolidar um regime autoritário? O Equador tem um histórico de presidentes derrubados pelo Legislativo e por movimentos populares, mas a grave ameaça à segurança representada pelas gangues pode ter criado um novo ambiente político em um país que nunca enfrentou insurgências graves como no Peru ou na Colômbia. Uma parte significativa da população do Equador há muito apoia políticas linha-dura,<sup>16</sup> e com o aumento da violência, a satisfação com a democracia caiu e, portanto, mais pessoas podem agora estar dispostas a renunciar às liberdades democráticas liberais em troca de segurança.

Quando o Latinobarômetro realizou pesquisas com equatorianos em 2020, 2023 e 2024, mais de 80% disseram não estar muito satisfeitos ou estar completamente insatisfeitos com a democracia de seu país — um número que em 2017 não chegava a 50%. Essa insatisfação ameaça cada vez mais a democracia do Equador. Em 2023, apenas 51% dos entrevistados pelo AmericasBarometer concordaram que “a democracia pode ter problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo”, uma queda em relação aos 63% registrados apenas dois anos antes. Na última década, a porcentagem dos que afirmam que apoiariam um golpe militar para combater a alta criminalidade aumentou nas pesquisas do AmericasBarometer, chegando a 57%. Quando se trata de golpes do Executivo, cerca de um terço dos entrevistados do AmericasBarometer em 2023 afirmou que um *autogolpe* presidencial poderia ser justificado em “tempos difíceis”.

Ainda não sabemos se esse número aumentou sob o governo de Noboa, mas o medo do crime é generalizado e, em 2023 e 2024, metade dos entrevistados do Latinobarômetro citou a segurança pública como o problema mais urgente do Equador. A porcentagem da população disposta a aceitar a alegação de que são necessários poderes presidenciais especiais para combater as gangues e o crime pode estar aumentando.

Ao assumir a Presidência do Equador, no início de 2024, Noboa era muito popular: o instituto de pesquisa CEDATOS estimava sua taxa de aprovação em 70%. Esses números caíram à medida que a criminalidade permanecia generalizada e a economia continuava em dificuldades.<sup>17</sup> Em meados de 2025, ele estava novamente com mais de 50%, mas uma pesquisa realizada no final de agosto mostrou que ele estava estagnado. O entusiasmo inicial pode ter diminuído à medida que as medidas repressivas e os aumentos de preços de Noboa prejudicaram sua popularidade, mas, novamente, ninguém pode afirmar com certeza que os sólidos 40% de apoio que ele parece ter como “piso” de seu índice de aprovação nunca serão suficientes para respaldar quaisquer medidas de centralização do poder.

Em seu referendo derrotado, Noboa pediu aos eleitores que aprovassem quatro medidas:

Primeiro, reverter a política da era Correa de proibir bases militares estrangeiras. Noboa pediu apoio militar dos Estados Unidos, da Europa e do Brasil para combater as gangues, e também gostaria de fazer parceria com empresas de segurança privada (com preocupações sobre o respeito aos direitos humanos em segundo plano, na melhor das hipóteses). Segundo, Noboa queria que os eleitores acabassem com o financiamento público dos partidos políticos, uma medida que poderia ter inclinado a balança a favor dos candidatos ricos e dos partidos apoiados pelo empresariado. Terceiro, ele pediu ao eleitorado que reduzisse o número de cadeiras no Legislativo, uma medida que imita Bukele e um processo que Noboa poderia ter usado para beneficiar a si mesmo e ao seu partido. Por último, ele buscou aprovação para a convocação

de uma assembleia para reescrever a Constituição de 2008, que é ela própria o produto de um processo de reescrita impulsionado por Correa.

Em 5 de novembro, Noboa declarou estado de emergência em sete províncias, gerando preocupações de que ele pretendesse suprimir a campanha da oposição. Na manhã de 16 de novembro, o governo anunciou que havia convencido as autoridades espanholas a prender um suposto líder do Los Lobos que estava escondido lá, uma medida provavelmente destinada a impulsionar o voto “sim” naquele dia, mostrando que os esforços de Noboa contra as gangues estavam funcionando. No entanto, os dias que antecederam a votação também trouxeram novos detalhes aterradores do julgamento de 17 membros da Força Aérea acusados pelo desaparecimento, tortura e assassinato de quatro meninos em Guayaquil, em dezembro de 2024, o abuso mais chocante ocorrido até agora na atual onda repressiva.

Quando os resultados foram divulgados, ficou claro que Noboa havia sofrido a primeira grande derrota de seu governo. Os eleitores rejeitaram todas as quatro medidas, com cerca de 60% votando “não” às bases militares estrangeiras, aos cortes no financiamento público dos partidos e, mais criticamente, à nova assembleia constituinte. A única medida que ficou um pouco mais acirrada foi a terceira questão, sobre a redução do tamanho da Assembleia Nacional: ela obteve 53,5% dos votos “não”.

Noboa foi às redes sociais na noite da eleição para dizer que respeitava a vontade popular, mas que a determinação de seu governo em continuar lutando para melhorar o Equador só havia se fortalecido.<sup>18</sup> No momento da escrita deste artigo, no final de novembro de 2025, Noboa optou por permanecer em silêncio sobre a possibilidade de mudar suas políticas após a derrota nas urnas. Todos os membros de seu gabinete apresentaram suas demissões e Noboa começou a reorganizar os ministérios, mas qualquer mudança nas políticas e práticas terá que vir do topo. Noboa ainda tem opções para tentar mudar leis e fazer revisões constitucionais parciais por outros meios,<sup>19</sup> e ainda faltam vários anos para o fim de seu mandato.

A votação, no entanto, refuta a ideia de que Noboa tem um mandato popular claro para levar adiante sua agenda. A maioria dos eleitores rejeitou uma substituição total da Constituição de 2008, bem como mudanças na legislatura e no financiamento político que teriam reduzido a representação democrática e a competição eleitoral. Noboa deve agora descobrir como ampliar sua popularidade e legitimidade para além dos dois quintos do eleitorado que atualmente compõem sua base. Encontrar uma maneira mais eficaz de combater a criminalidade violenta será crucial, especialmente porque os cidadãos parecem cada vez mais céticos quanto à possibilidade de que mais militarização ou intervenção estrangeira resolvam os problemas do país.

### **Encontrando um caminho adiante**

O Estado equatoriano é fraco demais para controlar a violência, mas não entrou em colapso como o do Haiti. Em ambas as situações, porém, a intervenção estrangeira está longe de ser uma panaceia para países onde o Estado e a democracia já estão prejudicados. Restrições de curto prazo às gangues ou ao tráfico de drogas podem ser viáveis, mas uma maior militarização ameaçará pessoas inocentes e a democracia, sem que leve a uma solução de longo prazo. Pesquisas realizadas na região mostram que os cidadãos muitas vezes preferem o policiamento militarizado porque acreditam que ele será mais eficaz do que o policiamento civil para conter o crime e a desordem, mas as evidências não corroboram isso. O policiamento militarizado está associado a mais violações dos direitos humanos e até mesmo ao aumento da criminalidade violenta.<sup>20</sup>

Sob o segundo governo Trump, é improvável que o apoio dos EUA ao combate às gangues e ao tráfico de drogas venha acompanhado de condições relacionadas à democracia ou aos direitos humanos: um acordo de assistência à segurança assinado em setembro de 2025 exige, em vez disso, que o Equador acolha migrantes rejeitados pelas autoridades americanas.<sup>21</sup> Se Noboa conseguir o que deseja, ou seja,

um maior envolvimento das forças militares dos EUA ou de outros países no Equador, há poucas garantias de que isso consiga reprimir as gangues ou o tráfico de drogas.

A Colômbia conta com o apoio dos EUA no combate ao narcotráfico e à insurgência há décadas, mas continua sendo o maior produtor mundial de coca. Com os eleitores tendo rejeitado o retorno de bases militares estrangeiras ao Equador, parece provável que qualquer intervenção de segurança dos EUA por outros meios também produza uma reação nacionalista, o que poderia corroer ainda mais a popularidade de Noboa. Outros atores internacionais, no entanto, devem procurar garantir que os esforços para ajudar o Equador não sejam voltados apenas para as forças de segurança, mas trabalhem para fortalecer o Estado de maneira mais geral, ao mesmo tempo em que tentam controlar os abusos dos direitos humanos e a corrupção.

Noboa está ciente da opinião pública e demonstrou que responderá às críticas da população e aos protestos em massa quando isso se tornar politicamente oneroso. No caso do projeto de mineração liderado pelo Canadá, ele decidiu, em setembro de 2025, suspender a principal licença ambiental e, ao mesmo tempo, trabalhar com aliados nos tribunais e na procuradoria-geral para arquivar as investigações de corrupção relacionadas ao assunto. Da mesma forma, seus contatos diretos com organizações e comunidades indígenas locais tinham como objetivo isolar os líderes nacionais da CONAIE e talvez dividir todo o movimento indígena, mas as negociações reduziram as tensões e mostraram que Noboa (apesar de seu discurso duro) pode ser flexível quando sente que a situação exige fazer concessões para chegar a um acordo.

Após a derrota no referendo, agora é o momento de deixar claro para Noboa que uma crise de segurança não é uma desculpa universal para expandir o Poder Executivo e corroer os sistemas de freios e contrapesos, e que a cooperação da sociedade civil será fundamental para que a economia do Equador se estabilize e a segurança interna melhore. Medidas linha-dura podem beneficiar Noboa politicamente no curto prazo, mas alegações de que elas são necessárias para reduzir a criminalidade

soarão vazias se as estatísticas de homicídios permanecerem elevadas, e os danos que o policiamento militarizado causa à vida dos cidadãos e à estabilidade democrática devem, entretanto, ser destacados.

Ao mesmo tempo em que pressionavam para reduzir as violações de direitos humanos nas operações contra gangues, a Organização dos Estados Americanos e a ONU alertaram, em agosto e setembro de 2025, sobre as ameaças à independência judicial e à sociedade civil decorrentes das políticas e propostas de Noboa. Esse tipo de mensagem e pressão internacional pode continuar a apoiar a sociedade civil do Equador em seus esforços para garantir que a democracia e os direitos humanos não sejam pisoteados em nome de uma política de segurança irrestrita.

Os jornalistas precisam enfrentar a violência e a intimidação das gangues ao tentar reportar os fatos e responsabilizar o governo. Apesar da importância da imprensa livre para a democracia, o governo faz muito pouco para proteger os jornalistas e, com frequência, trata-os como adversários: dezenas de repórteres tiveram que enfrentar a violência e as restrições do Estado enquanto cobriam os protestos de setembro e outubro de 2025. A fuga de jornalistas, defensores dos direitos humanos e ativistas do El Salvador de Bukele é um prenúncio do que aguarda seus colegas no Equador, caso a democracia enfraquecida desse país se deteriore ainda mais.

Até agora, a relação de Noboa com a CONAIE e os líderes indígenas tem sido difícil. Manifestantes indígenas tiveram participação na derubada de presidentes equatorianos anteriores, e a recente convocação de greve e os protestos mostraram como os grupos indígenas podem se mobilizar de forma ampla e rápida. Assim como Correa, Noboa tem planos de desenvolvimento econômico focados na extração de recursos naturais e em desacordo com os interesses de muitas comunidades indígenas. As negociações têm sido intermitentes e geraram acusações mútuas de inflexibilidade e má-fé. No entanto, como ele revelou ao suspender a licença de mineração, Noboa não está totalmente fechado a concessões econômicas ou ambientais. Se ele negociar de forma

credível e cumprir o que promete, poderá descobrir que os indígenas equatorianos ajudarão a promover seus objetivos de segurança.

Organizações criminosas expandiram a extorsão e o tráfico de drogas para áreas rurais, onde operações ilegais de mineração e extração de madeira, muitas vezes militarizadas, já ameaçam as terras e as vidas dos indígenas. Os governos latino-americanos têm, por vezes, reconhecido a autonomia das comunidades indígenas e cooperado com elas para ampliar o alcance do Estado em regiões que enfrentam ameaças à segurança.<sup>22</sup> Ao fazer as pazes com a CONAIE, Noboa poderia evitar protestos disruptivos que afastam as forças de segurança da luta contra o crime e trabalhar com os interesses indígenas para ajudar a proteger a periferia do Equador.

Alcançar a segurança sem destruir a democracia é fundamental para o povo do Equador e para a região em geral. No vizinho Peru, instalaram-se organizações criminosas vindas do Equador e de outros lugares, e a impopular e supostamente corrupta presidente interina Dina Boluarte foi finalmente destituída pelo Congresso em 10 de outubro de 2025, em meio à indignação pública com o aumento dos homicídios. Seu substituto — pelo menos até julho de 2026 — é o jovem e conservador líder do Congresso José Jerí. Ele rapidamente declarou guerra ao crime e imitou Noboa, tanto supervisionando pessoalmente as operações contra as gangues quanto declarando estado de emergência para reprimir os protestos em curso. À medida que crescem as dúvidas sobre a sustentabilidade da abordagem extrema e autoritária de Bukele ao crime,<sup>23</sup> a derrota de Noboa no referendo poderia levá-lo a mudar de rumo e oferecer um exemplo diferente e melhor para os países latino-americanos que lutam contra a violência perpetrada pelo crime organizado?

Dada sua postura linha-dura em relação às gangues, é improvável que Noboa negocie como fez Correa, e a proliferação de organizações criminosas no Equador significa que um acordo com um ou mesmo alguns grupos teria pouca garantia de reduzir o crime e a violência em geral. Além disso, Noboa poderia se sentir tentado a fazer com que as forças de segurança insistissem na repressão para mostrar que sua

estratégia de militarização ainda pode ser eficaz. Em vez de reforçar as políticas linha-dura e tentar alcançar uma vitória militar dispendiosa, Noboa tem a oportunidade de desfazer os erros do passado, reconstruindo a capacidade do Estado e institucionalizando a coordenação entre os setores de segurança e o Poder Judiciário para combater o crime e suas causas, evitando violações generalizadas dos direitos humanos.

Noboa poderá concorrer novamente em 2029, então, em princípio, ele deveria querer provar ao povo equatoriano que pode garantir segurança e estabilidade sem sacrificar a democracia. E quaisquer que sejam suas perspectivas políticas, o futuro democrático do Equador dependerá da moderação da polarização e do combate à violência para ajudar toda a população do país, em vez de tratar a luta contra o crime como um veículo para a busca de cargos públicos e ganhos partidários.

## Notas

- 1 Sobre o governo de Correa, ver Catherine M. Conaghan, “Delegative Democracy Revisited: Ecuador Under Correa”, *Journal of Democracy* 27 (julho 2016): 109–18.
- 2 Gustavo Flores-Macías, “Violent Crime and the Expansion of Executive Power in Latin America”, *Presidential Studies Quarterly* 53 (junho 2023): 256–72.
- 3 Andrés Martínez-Moscoso, “2024 Referendum in Ecuador: Between Fear and Legitimacy”, *ConstitutionNet*, International IDEA, 31 maio 2024, <https://constitutionnet.org/news/voices/2024-referendum-ecuador-between-fear-and-legitimacy>.
- 4 Sobre as negociações com gangues e o processo de legalização, consulte David C. Brotherton e Rafael Gude, “Social Control and the Gang: Lessons from the Legalization of Street Gangs in Ecuador”, *Critical Criminology* 29 (dezembro 2021): 931–55.
- 5 Will Freeman, “O Equador pode evitar se tornar um narcoestado?”, *Current History* 123, n. 850 (2024): 58–59; Andres Oppenheimer, “The Lesson of Ecuador’s Outburst of Violence: Don’t Negotiate with Drug Gangs”, *Miami Herald*, 12 janeiro 2024, <https://www.miamiherald.com/news/local/news-columns-blogs/andres-oppenheimer/article284164763.html>.
- 6 Carlos de la Torre, “Latin America’s Shifting Politics: Ecuador After Correa”, *Journal of Democracy* 29 (outubro de 2018): 77–88; Felipe Burbano de Lara e Carlos de la Torre, “The Pushback Against Populism: Why Ecuador’s Referendums Backfired”, *Journal of Democracy* 31 (abril 2020): 69–80.
- 7 John Polga-Hecimovich e Francisco Sánchez, “Latin America Erupts: Ecuador’s Return to the Past”, *Journal of Democracy* 32 (julho 2021): 5–18.
- 8 Como Freeman e Oppenheimer apontam (ver nota 4 acima), as organizações criminosas transnacionais aproveitaram-se da eliminação dos requisitos de visto sob Correa. Sob Moreno e Lasso, outros criminosos aproveitaram-se da redução da capacidade do Estado e da coordenação de segurança para se mudarem para o Equador.

- 9 Will Freeman, “Ecuador’s Democratic Breakdown”, *Journal of Democracy*, maio 2023, <https://www.journalofdemocracy.org/online-exclusive/ecuadors-democratic-breakdown>.
- 10 OECO, *Recomendaciones Para El Próximo Gobierno En La Lucha Contra El Crimen Organizado* (Observatório Equatoriano de Crime Organizado, 2024), <https://oeco.padf.org/recomendaciones-para-el-proximo-gobierno-en-la-lucha-contra-el-crimen-organizado>.
- 11 Manuel Meléndez-Sánchez e Alberto Vergara, “The Bukele Model: Will It Spread?”, *Journal of Democracy* 35 (julho 2024): 84–98 [Ed. bras.: “O modelo Bukele vai se espalhar?”, *Journal of Democracy em português* 13, n. 2 (outubro 2024)].
- 12 Em 2007, os apoiadores de Correa protestaram contra o legislativo e o tribunal eleitoral, mas o próprio Correa não convocou nem participou desses protestos.
- 13 Juan Ponce Merchán, “Aquiles Álvarez Rompe El Silencio Tras Allanamiento de La Fiscalía: Esto Dijo”, *Expreso* (Guayaquil), 8 outubro 2025, <https://www.expreso.ec/guayaquil/aquiles-alvarez-rompe-el-silencio-tras-allanamiento-de-la-fiscalia-esto-dijo-260051.html>.
- 14 Defensoria do Povo do Equador, *Desplazamiento Interno en Ecuador* (Quito: Defensoria do Povo do Equador, 2025), <https://reliefweb.int/report/ecuador/defensoria-del-pueblo-ecuador-desplazamiento-interno-en-ecuador>.
- 15 Javier Corrales e Will Freeman, “How Organized Crime Threatens Latin America”, *Journal of Democracy* 35 (outubro 2024): 149–61; Juan Masullo e Abbey Steele, “How Drug Wars Destroy Democracy”, *Journal of Democracy*, julho 2025, <https://www.journalofdemocracy.org/online-exclusive/how-drug-wars-destroy-democracy>.
- 16 John Polga-Hecimovich, “The Evolution of Crime Policy and Attitudes Toward Mano Dura in Ecuador”, in *Mano Dura Policies in Latin America*, org. J. D. Rosen e S. A. Cutrona (Londres: Routledge, 2023).
- 17 CEDATOS, “Ecuador: President Noboa Approval Rating 2025”, Statista, 28 agosto 2025, <https://www.statista.com/statistics/1550478/ecuador-president-noboa-approval-rating>.

- 18 Daniel Noboa Azin, X.com (16 novembro 2025, 9:14), <https://x.com/DanieloboaOk/status/1990242162236154350>.
- 19 Redacción Primicias, “¿Qué alternativas le quedan a Daniel Noboa para reformar la Constitución, tras el triunfo del ‘No’ en la consulta popular 2025?”, *Primicias*, 16 novembro 2025, <https://www.primicias.ec/politica/resultados-consulta-popular-referendum-ecuador-preguntas-cne-asamblea-constituyente-constitucion-16noviembre2025-109242>.
- 20 Robert A. Blair e Michael Weintraub, “Little Evidence That Military Policing Reduces Crime or Improves Human Security”, *Nature Human Behaviour* 7 (junho 2023): 861–73; Gustavo A. Flores-Macías e Jessica Zarkin, “The Militarization of Law Enforcement: Evidence from Latin America”, *Perspectives on Politics* 19 (junho 2021): 519–38; Gustavo Flores-Macías e Jessica Zarkin, “The Consequences of Militarized Policing for Human Rights: Evidence from Mexico”, *Comparative Political Studies* 57 (março 2024): 387–418.
- 21 Daphne Psaledakis e Alexandra Valencia, “US Gives Ecuador Nearly \$20 Million in New Funding, Drones to Fight Drug Gangs”, Reuters, 5 setembro 2025, <https://www.reuters.com/world/americas/us-gives-ecuador-nearly-20-million-new-funding-drones-fight-drug-gangs-2025-09-04>.
- 22 Giorleny Altamirano Rayo, “State Building, Ethnic Land Titling, and Transnational Organized Crime: The Case of Honduras”, *Latin American Research Review* 56, n. 1 (2021): 50–66; Giorleny Altamirano Rayo, Eric S. Mosinger, e Kai M. Thaler, “State-building and Indigenous Rights Implementation: Political Incentives, Social Movement Pressure, and Autonomy Policy in Central America”, *World Development* 175 (março 2024), artigo 106468.
- 23 Beatriz Magaloni e Alberto Diaz-Cayeros, “Does the Bukele Model Have a Future?”, *Foreign Affairs*, 11 setembro 2025, <https://www.foreignaffairs.com/salvador/does-bukele-model-have-future>.